

NA RAIZ FÓSSIL DA HUMANIDADE: COLONIZAÇÃO E ANTROPOCENO EM *O GOSTO AMARGO DOS METAIS*, DE PRISCA AGUSTONI

AT THE FOSSIL ROOT OF HUMANITY: COLONIZATION AND THE ANTHROPOCENE IN *O GOSTO AMARGO DOS METAIS*, BY PRISCA AGUSTONI

Bruna Freitas Figueiredo*
Vinícius Rodrigues Ximenes**

RESUMO: Este ensaio propõe uma leitura do livro *O gosto amargo dos metais* (2022), de Prisca Agustoni, a partir da reflexão sobre a ideia de “humano” e a enunciação de um “nós” ali articuladas. Para isso, partimos tanto de uma breve contextualização da tradição poética acionada pelos poemas quanto de um mapeamento mais amplo dos debates teóricos e sociais que envolvem o livro, na medida em que é publicado como desdobramento dos crimes ambientais empreendidos por mineradoras em Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Assim, em um primeiro momento, discutimos as problematizações em torno das dicotomias entre natureza e cultura, humano e não-humano na esteira do que ficou conhecido, na antropologia, como “virada ontológica”. Em seguida, nos debruçamos, junto às demandas abertas pelos poemas, nas perspectivas críticas ao Antropoceno (Povinelli; Yusoff; Colebrook), visibilizando questões sobre racialidade e universalidade. Por fim, fazemos uma digressão que aponta para outros modos de lidar com a extração, a diáspora e a opacidade em Minas Gerais, ao colocar *O gosto amargo...* ao lado da tese de doutorado de Agustoni, *O Atlântico em movimento: travessia, trânsito e transferência de signos entre África e Brasil na poesia contemporânea em língua portuguesa* (2007).

PALAVRAS-CHAVE: O gosto amargo dos metais; Antropoceno; colonização; universalidade; racialidade.

ABSTRACT: This essay proposes a reading of the book *O gosto amargo dos metais* (2022), by Prisca Agustoni, based on a reflection on the idea of “human” and the enunciation of a “we” articulated therein. To do so, we start both from a brief contextualization of the poetic tradition triggered by the poems and from a broader mapping of the theoretical and social debates that surround the book, as it is published as an unfolding of the environmental crimes undertaken by mining companies in Mariana (2015) and Brumadinho (2019). Thus, at first, we discuss the problematizations around the dichotomies between nature and culture, human and non-human in the wake of what has become known, in anthropology, as the “ontological turn”.

* Doutoranda em Estudos de Literatura na Universidade Federal Fluminense. Participa do grupo de pesquisa Interferências: Literatura, Arte e Ciência.

** Doutor em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense. Professor Pesquisador I do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá, onde atua principalmente na implementação, monitoramento e avaliação do Programa de Iniciação Científica municipal.
Contexto (ISSN 2358-9566)

Then, we focus on the demands opened by the poems, in the critical perspectives of the Anthropocene (Povinelli, 2024; Yusoff, 2018; Colebrook, 2019), making visible issues about raciality and universality. Finally, a digression leads us to point out other ways of handling the extraction, diaspora and opacity in Minas Gerais, by placing *O gosto amargo dos metais* alongside Agustoni's doctoral thesis, *O Atlântico em movimento: travessia, trânsito e transferência de signos entre África e Brasil na poesia contemporânea em língua portuguesa* (2007).

KEYWORDS: O gosto amargo dos metais; Anthropocene; colonization; universality; raciality.

Primeira prova do amargo: poesia e destruição ambiental

Em 2015, o rompimento da barragem de mineração, de responsabilidade da empresa Samarco, em Mariana (MG), ocasionou o derramamento, na bacia do Rio Doce, de milhares de metros cúbicos de rejeitos de minério, que chegaram a atingir o litoral do Espírito Santo. Nesse evento, 19 pessoas morreram. Em 2019, outro rompimento, dessa vez da barragem da Mina Córrego do Feijão, sob exploração da Vale S.A, em Brumadinho (MG). Ali, 270 morreram, e os rejeitos atingiram a bacia do Rio Paraopeba. É nesse cenário de colapsos decorrentes de crimes socioambientais que *O gosto amargo dos metais*, de Prisca Agustoni, é publicado, em 2022. Segundo ela, o livro nasce do “impacto” desses crimes e do que lhe suscitaram imagetivamente: “uma tragédia de proporções épicas, como se o mundo estivesse vivendo um novo fim – e, paradoxalmente, um estranho recomeço” (Agustoni, 2022, p. 69).

A publicação nos remete ainda a uma tradição poética diversa, articulada a certos marcos mineiros e de fábulas de rio, convocando à lembrança poetas como Cláudio Manuel da Costa e seu rio Ribeirão do Carmo tomado por águas turvas decorrentes dos rejeitos da mineração; passando por Drummond e sua relação com Itabira, recortada pelo trabalho de extração intensiva que corroeu a paisagem, tornando o Pico do Cauê uma presença espectral e sintomática em seus poemas (Wisnik, 2018), até João Cabral e seu Capibaribe interligando violências decorrentes de antigos engenhos, depois usinas. Além disso, podemos contextualizar o livro em uma cena contemporânea na qual poetas se aproximam de certo discurso ecológico, quando o poema aparece como espaço para imaginar outros vínculos possíveis entre o “humano” e o “mundo natural”; para a produção de outras relações ontológicas, diferentes da estabelecida pela

cosmologia moderna. Isso se alinha ao que vem sendo chamado de “virada ontológica” na antropologia, principalmente a partir de trabalhos como os de Philippe Descola, Bruno Latour e Tânia Stolze Lima e Eduardo Viveiros de Castro, além dos debates em torno do Antropoceno.

Com esse pano de fundo, lemos um comentário de Agustoni, no Instagram, a respeito de sua trilogia que tem *O gosto amargo dos metais* como livro de partida. Segundo ela, essa produção “nasce da interrogação sobre o esgarçamento dos limites entre o humano e o não-humano, entre o humano e seu entorno (entendido como ambiente, paisagem e potência vital)”. Depois, ao editar a publicação em que tecia tal consideração, ela enfatiza seu trabalho em torno dessa interrogação como um desejo mais amplo de “fazer da poesia - e de suas fronteiras movediças - um território de observação, reflexão e reinvenção dos limites - tensionados - entre o humano e o não-humano e entre as várias formas de (co)existência na terra”¹.

Um percurso, portanto, que nos instiga a tentar entender esses limites e suas implicações, contextualizando-os no panorama mais amplo da crise ambiental, do qual fazem parte aqueles crimes. Conforme indica Arturo Escobar (2005), desdobrando o argumento de Enrique Leff, essa crise é também uma crise epistemológica, na medida em que põe em relevo certa base de pensamento a qual sustenta uma postura instrumental e exploratória frente ao mundo. Dessa perspectiva, além de poética, a interrogação que estimula a elaboração da poeta provoca questões a respeito do modo como se conhece o mundo e as consequências desse modo de conhecer, que não deixa de ser um perguntar-se pelas formas de estabelecer relação entre as existências.

No livro, os diversos poemas estão distribuídos em sete seções, apresentadas como “jornadas” de um “longo canto épico fragmentário”, das quais a protagonista é a lama de rejeitos que percorreu a geografia da cidade como efeito do rompimento das barragens, assim como a contaminação e morte do Rio Doce, enunciado como *Watu*, incorporando ao texto o nome dado a ele pelos

¹ Disponíveis em:
https://www.instagram.com/p/DDdPmAJRBDG/?locale=en_US%2Cen_US&hl=fr. Acesso em: 10 mar. 2025.
Contexto (ISSN 2358-9566)

Krenak. Esse canto é atravessado ainda por outros poemas, destacados graficamente através de parênteses invertidos, criando assim uma espécie de *outro lugar de enunciação* para o que seriam as vozes testemunhas dos eventos, “como se elas estivessem falando desde um lugar alheio ao mundo, fora desse mundo em decomposição”, nas palavras de Agustoni (2022, p. 69).

Esse ato de narrar uma história que fundaria certa coletividade a partir da experiência humana, inscrito no épico, parece ser desafiado pela própria catástrofe, entendida enquanto “um *choque*, um encontro, um Acontecimento” (Danowski & Viveiros de Castro, 2014, p. 55), ao produzir sedimentos e resíduos que realçam uma articulação característica do projeto humanista-civilizatório da modernidade em construção (do qual é indissociável a destruição), legitimada por uma definição científico-filosófica do *humano* – entidade que procura se distinguir de sua exterioridade como forma de garantir sua excepcionalidade e exercer controle sobre aquela.

Em uma dessas jornadas épicas, nomeada “hipótese de civilização”, a crise ambiental-epistemológica é figurada no contexto dos projetos de modernização que deslocam a realização de uma utopia civilizatória. A imagem ali sugerida retoma o que foi constatado por Lévi-Strauss quando nos *tristes trópicos* e condensado por Caetano Veloso: aqui tudo parece que era ainda construção e já é ruína. No caso de *O gosto amargo dos metais*, o que parece em construção é um efeito imagético ambíguo e violento da passagem destrutiva da lama, narrada em um processo especulativo do que poderia ser “um sonho de cidade/ em construção,/ uma hipótese de civilização”, mas que tem sua interrupção marcada pela ação de corte e separação: a ruptura das barragens faz ver construções arquitetônicas como “uma carcaça pré-histórica/ do futuro” – marca passada de um tempo interrompido em sua futuridade, conjugado no presente como ausência materializada, “um corpo mutilado/ que sente a dor/ na perna que falta” (Agustoni, 2022, p. 41-42).

Nosso ponto, aqui, é ressaltar que essa ruína deixada pelos projetos de modernização (como o da mineração em larga escala) tem sido apontada enquanto parte intrínseca do humano produzido em contraste com a natureza,

sendo esta um modo de representar a exterioridade que começa a ganhar corpo no século XVII, a partir do discurso científico moderno mecanicista e sua instituição das leis naturais, que podem então ser apreendidas e, assim, ter contabilizados os seus rendimentos:

Para retomar uma fórmula muito conhecida de Descartes, [...], o homem se fez então “mestre e senhor da natureza”. Resultou daí um extraordinário desenvolvimento das ciências e das técnicas, mas também a exploração desenfreada de uma natureza composta, a partir de então, de objetos sem ligação com os humanos: plantas, animais, terras, águas e rochas convertidos em meros recursos que podemos usar e dos quais podemos tirar proveito (Descola, 2016, p. 23).

Como percebeu Descola a partir de seus trabalhos etnográficos, essa distinção ontológica entre humanos e seus outros derivada de uma essencialização prévia é específica da cosmologia moderna, isto é, um modo entre tantos “de distribuir as entidades do mundo, [...] fruto de uma certa época” (Descola, 2016, p. 47). Em outras palavras, um dos poemas nos diz: “no ato de andar ereto/ é toda uma civilização que se levanta” (Agustoni, 2022, p. 16); no ato de sua particularização, lida como representativa da antropogênese, é também o erguer (a produção) de um mundo que concretiza.

Pés gravitando na lama: as posições do humano e da universalidade na cena da extração

É extensa a produção que problematiza e discute a emergência do humano como conceito fundacional do sujeito moderno. Não pretendemos, portanto, retomar e desenvolvê-la em seus diferentes aspectos e nuances, mas tê-la como pano de fundo teórico para pontuações nas quais iremos nos deter mais demoradamente, em função dos deslocamentos aos quais somos impelidas à medida que se dá o processo da escrita-leitura.

Levada pelo poema anterior, e nas cenas daquela cosmologia, a ação anatômica como propulsora da marca civilizatória refaz agora um percurso científico no século XIX, atravessado pela história do progresso e do aperfeiçoamento dos corpos pertencentes ao “reino animal”, com as formulações de Georges Cuvier, que visava “mapear um pedaço da natureza através da classificação dos seres que a habitam de acordo com seus graus de diferenciação, especialização e

Ao ler esse poema, Celia Pedrosa (2022) vai destacar que o movimento entre terceira e primeira pessoas anuncia o desejo por um tipo de “universalidade bem diversa da moderna iluminista”, colocada, pelo poema, no duplo sentido de *terra* que emerge das imagens ali empregadas: tanto “de chão em que todos pisamos” quanto “de astro em meio a galáxias desconhecidas – lama em que gravitamos”. Seria essa terra, maiúscula e minúscula, o cenário privilegiado de começo e recomeço articulador dessa *outra* universalidade, a qual Pedrosa associará ao “cosmopolitismo da perda” pensado por Mariano Siskind:

Cosmopolitismo da perda é uma noção que tenta caminhar no atual limite estreito entre duas forças: a impossibilidade de assumir as posições ético-políticas do sujeito cosmopolita e a determinação de não desistir do cosmopolitismo como a estrutura discursiva que ainda sustenta a figura messiânica de justiça e reparação universais que sabemos que não estão prestes a chegar, mas não conseguimos deixar de esperar (Siskind, 2020, p. 32 *apud* Pedrosa, 2022, p. 10).

Nesse “entre-lugar” ansioso diante de certa perda de posições enunciativas privilegiadas, nos perguntamos sobre a possibilidade de propor outras questões a partir de um discurso poético que se configura nesse limite. Pois se há versos misturando os diferentes reinos (animal, vegetal, mineral), de modo a propor uma conjunção que extrapola o *nós* específico do humano, é também por essa linguagem de diferenciação e organização do mundo que os poemas se (des)estruturam. Como se nos versos acima, então, a universalidade fosse escrita, ao mesmo tempo que interrompida, por uma duração paradoxal que rasura (inscreve) uma história intervalar - entre estratos de matéria e de lama - da espécie e do planeta: o começo e o recomeço parecem então situar-se na “raiz fóssil”.

O que rege essas inquietações iniciais orbita em torno da “hipótese de civilização” – um verso que também nomeia uma das “jornadas” – levantada em *O gosto amargo dos metais*, como corolário de uma hipótese de humano e humanidade elaborada junto às imagens que entrelaçam eras geológicas, escavação e arqueologia aos efeitos do rompimento das barragens de mineração. No contexto da crise do pensamento moderno e de seu paradigma humanista, o que uma imaginação poética – que retoma o dilema de “escrever após o desastre, com o desastre” (termos de Célia Pedrosa, na orelha do livro)

– suscita ao convocar cenas como uma “glaciação/ às avessas”; “mãos geológicas” e “plantas pré-históricas” em “solo de minério”; a “trilha da erosão da história” percorrida por um “rabo de anfíbio/ pré-histórico” a qual um dia talvez será recontada por uma tartaruga “com aquele seu andar/ lento de animal eterno,/ de rocha”? (Agustoni, 2022).

Uma dessas hipóteses, então, nos parece ser a que imagina essa civilização vinculada ao imaginário do Antropoceno, com a proposição de que o “humano” passaria a ser entendido não mais como agente biológico, mas uma força geológica intervindo e modificando o sistema Terra, o que inauguraria uma Era na cronologia terrestre. Paralelamente, a magnitude e as “proporções épicas” dos acontecimentos de Minas Gerais, ao marcarem uma mudança na paisagem e na geografia, remeteriam àquela proposição. Mas é nesse imaginário, também, que se discutem os diversos problemas da centralidade e abstração colocada no *anthropos* como agente protagonista de mudança e intervenção. Daí, como propõe Elizabeth Povinelli (2023), o Antropoceno não ser pensado “meramente” em sua dimensão epocal de evento geológico, senão em função dos dilemas políticos e teóricos que envolvem a sua conceitualização.

O que está em jogo, nesse panorama que remete tanto aos problemas socioambientais quanto às suas formulações crítico-teóricas, são as descrições e classificações científicas do mundo fundadas sobre certa negatividade que desconsidera a possível distribuição de agência entre as diferentes existências; ou seja, o lugar da ciência na organização do mundo. Assim, em um dos poemas, uma anotação de anatomia é transcrita, entre aspas, figurando esse corte entre a objetividade do corpo a ser descrito e aprisionado no funcionamento biológico “instintivo” e a subjetividade de produzir algo para além do que está dado naquele momento, de imaginar uma futuridade frente à morte e ao fim²:

² Transcrevemos, aqui, um trecho da fala de Prisca em um seminário, que será discutida logo adiante: “essa necessidade peculiar a nossa espécie de expressar, de manifestar, de criarmos narrativas a partir da realidade que nós temos; ela é intrínseca à nossa própria... ao nosso instinto de sobrevivência”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gMTpBNkO3iM>. Acesso em: 9 de mar. 2025.
Contexto (ISSN 2358-9566)

“os peixes têm coração simples
composto por duas cavidades
chamadas átrio e ventrículo.”

a descrição é exemplar
mas não diz o que acontece
ao peixe quando subitamente
se assusta ante a iminência
da morte: se há nele
uma válvula que acione
o instinto de sobrevivência
ou uma profecia animal

ou se, às vezes, não emperra
a válvula da espécie
(Agustoni, 2022, p. 40)

É curioso, nesse sentido, recuperar uma fala de Prisca no seminário *Interferências - Literatura e Ciência: Utopias, Distopias, Outras Epistemologias*, sediado na Universidade Federal Fluminense em 2022, quando comenta funções da poesia e da linguagem simbólica. Para ela, uma de nossas características enquanto “espécie” seria a capacidade de acionar essa linguagem e mecanismos de representação como modo de sobrevivência, isto é, como projeção de um *depois* diante da factualidade da morte, levando o “ser humano” a diferentes estratégias, como a arte e a religião, por exemplo. Seria então o *logos*, a capacidade de ter consciência dessa finitude e elaborá-la simbolicamente, o que configuraria a peculiaridade do nosso “instinto de sobrevivência”. Aqui talvez possamos ficar com a questão limítrofe (esfumaçada) colocada pela articulação do poema em relação à fala no seminário: aquilo que aproxima o humano de sua alteridade não humana é justamente sua diferença em relação a ela, a peculiaridade racional. Mas o que acontece, na alternativa dada pelos versos, se a válvula emperra?

Outras hipóteses podem ser pensadas; e o acúmulo de possibilidades faz pressão sobre esse sistema de pensamento descritivo que, em paralelo à “lama tóxica”, feito um “fóssil-esponja”, absorve tempo e matéria ao percorrer o espaço, produzindo como que “um colapso generalizado das escalas espaciais e temporais” (Danowski & Viveiros de Castro, 2014, p. 30). Diante dessas formulações, em que as jornadas da lama – consequência do trabalho de mineração em larga escala – deflagram um mundo em seu fim com a

ressonância de um fim do mundo, as imaginamos como sintomas desse modelo de conhecimento que produziu um mundo no qual os limites do humano, também como espécie, solicitam um olhar para seus níveis materiais e simbólicos dentro de uma economia da extração.

Criação poética e fins do mundo: sobre as responsabilidades do crime e do poema

É nesse cenário do fim e de fundação de mundos pela linguagem que Guilherme Gontijo Flores lê *O gosto amargo dos metais*, a partir de uma discussão entre o mundo já-dado e o já-acabado. O primeiro, efeito e instrumento de um discurso teleológico-apocalíptico, que partiria de um mundo edênico em direção ao seu fim catastrófico no horizonte, é entendido como um mundo cristalizado, de fundações sólidas e indiscutíveis. Já o segundo teria como ponto central a realidade do fim do mundo como evento presente “que persiste, que não termina de encerrar” (Flores, 2022, p. 72). Enquanto aquele leva à projeção de uma destruição total, apontando como necessidade a preservação nostálgica de um mundo que outrora era resultado de uma relação harmônica entre o ser humano e a natureza; o mundo já-acabado “permite pensar radicalmente a criação de vidas” (Flores, 2022, p. 72).

Essa atividade produtiva vinculada ao mundo já-dado é colocada por Gontijo Flores como o papel dos poetas contemporâneos, de modo que a poesia “mais violenta e necessária do nosso tempo” deverá se movimentar no contraste entre esses dois mundos, expondo suas fraturas e substituindo o já-dado pelo já-acabado, que surge então como “[a] máquina mais poderosa para uma fundação de vidas – da ordem fertilizante e proliferante das linguagens e dos corpos – ainda impossíveis, portanto, aguardando a produção como possível” (Flores, 2022, p. 72). O trabalho de Agustoni, para ele, estaria situado nesse tipo de tarefa do contemporâneo, a de escrever (desde) um fim, como o colocado pela urgência dos eventos de Mariana e Brumadinho, que suscita criação para que seja adiado.

Recuperamos o texto de Gontijo, “Detritos em vertigem”, uma espécie de posfácio do livro de Agustoni, pelo que ele adiciona de camadas no debate que

procuramos delinear aqui nas interseções entre colapso ambiental, crise epistemológica e (re)proposições ontológicas. A esse texto, colocamos em paralelo o comentário-pergunta de Marcos Natali feito para a mesa composta por Bruna Freitas, Prisca Agustoni e Celia Pedrosa naquele mesmo seminário do *Interferências*. No comentário, Natali expõe uma percepção sua diante da recorrência com a qual, em nossas falas, apareciam as noções de *criação*, *beleza* e *começo* ao mesmo tempo em que situávamos (e verbalizávamos) um cenário de crime e destruição ampla. Para ele, então, essa repetição informaria um dos gestos de resposta possíveis - entre outros - diante da angústia gerada por esse cenário, gesto esse que apresentaria, através da beleza e criação poética, a ideia de que “não queremos o fim”.

Quando fez esse comentário, a relação que ele colocou como eixo era aquela entre poesia e horror; poesia e política - e em seguida acrescenta uma outra dimensão: entre poesia e políticas públicas. Nesse sentido, entra em cena a pergunta também pela garantia de direitos, trazendo à tona, por outras margens, o problema relacionado ao “discurso justo”³, da poesia como uma espécie de promotora de justiça e reparação em confronto às diversas formas de extermínio. Aqui, aquele dilema e aquela angústia são desdobrados em outro: o da linguagem que causa fruição estética no mesmo gesto em que está dizendo a morte de outrem. É por esse caminho, por exemplo, que Saidiya Hartman (2020) tem trabalhado ao se perguntar por modos de escritas que não reencenam a economia libidinal do arquivo da escravidão, entre o excesso da escrita e a despossessão do sujeito escravizado.

Em sentido similar, é também com esse tipo de inquietação que Mariana Ruggieri (2020) lê, em diálogo com a questão do “direito à literatura”, os dilemas de uma proposta de inclusão da “Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil” (em que se anunciava uma tragédia social e um desfecho de suicídio coletivo) no sistema literário brasileiro. Ruggieri questiona se um certo tipo de tratamento

³ Referência ao trabalho de Moraes (2009), em que são tratados dilemas ético-políticos envolvidos em produções literárias que abordam eventos de violência, especificamente a partir de *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, e o contexto da guerra civil moçambicana.
Contexto (ISSN 2358-9566)

abarcador e inclusivo, por parte da teoria literária, não supõe uma tentativa sutil de justificar e magnificar a *Literatura* como um dispositivo de compensação cosmopolítica em um mundo (literário) altamente desencantado – o que não deixa de soar como um elogio da *própria* responsabilidade, encurtando, de antemão, a brecha da porta aberta para eventuais perguntas sobre a eficácia institucional, política e simbólica da compensação oferecida, bem como sobre outros modos possíveis de magnificar e fazer justiça a demandas alheias.

Trazemos essa digressão para este texto na medida em que a pergunta pelo tipo de linguagem e o modo pelo qual essa linguagem é agenciada aparece como uma das inquietações de Agustoni. Na parte de seu “épico fragmentário”, ela procurou uma linguagem “enxuta”, “sem rastros de emoção”, a fim de evitar o turbilhão de imagens e palavras “que infestam a história e desviam o foco do crime, desse crime, dos muitos crimes humanitários e ambientais”. A tentativa de centralizar o crime, no entanto, paradoxalmente distribui a responsabilidade e deixa de nomear o que lhe configura enquanto ideia: quem o cometeu. Ainda assim, escavando as camadas dessa linguagem herdeira de uma proposta poética moderna que investe na materialidade da palavra e em seus “cortes”, haja vista a influência de João Cabral no trabalho da poeta, encontramos uma nomeação *oblíqua* a partir do diálogo firmado com os versos de Carlos Drummond, em poema que circulou não em livro, mas no jornal *Cometa Itabirano*, em 1984 – “O Rio? É doce./ A Vale? Amarga.”

Racialidade nos vestígios de um antigo oceano

Talvez esta proposta que elaboramos em forma de inquietações (as quais, em várias medidas, se encontram e desencontram) seja ainda um efeito do comentário feito por Natali naquele dia. A pergunta pelos limites e limitações do humano se coloca quando o poema aparece como um espaço para encenação de outros modos de relação com o mundo a partir de um evento de violência que é anunciado também como crime. Afinal, conforme outros versos enunciam, a tragédia demandaria o repensar da organização das coisas, aquele “esgarçamento de limites entre humano e não-humano”, sugerindo uma

disposição e vínculo inéditos entre elementos que passam a existir, juntos, como “novas coisas”, a partir de uma estrangeiridade colocada por sua condição extrínseca ao próprio pensamento: o que é aproximado só ganha materialidade no gesto da aproximação.

é uma ventosa
que gruda, cola e aproxima
mundos jamais pensados antes
e amigam-se novas coisas e estranhas
(Agustoni, 2022, p. 46)

Se o que está sendo delineado aqui, a partir dos poemas, é um cenário de entrelaçamento provocado por um evento destrutivo e construído através de uma gramática da ciência, no rastro da catástrofe socioambiental e dos arranjos de existência produzidos pelas epistemologias ocidentais modernas, nos parece especialmente pertinente trazer aqui a discussão de Elizabeth Povinelli em *Catástrofe ancestral* (2024). Em seu livro, a antropóloga mapeia, por meio da aproximação e contraste entre pensadores, como a constatação/proposição da existência entrelaçada tem implicações e efeitos políticos distintos a depender de seu ponto de enunciação teórico, isto é, não só a geografia desde onde se enuncia, mas também o modo como se começa; o ponto de partida para as formulações teóricas. Assim, para ela, começar por uma questão ontológica – disciplinar e abstrata – a respeito da existência enquanto natureza original e sempre-já entrelaçada, ao invés de situá-la no terreno das condições sócio-históricas e políticas que a produziram dessa forma, acaba por gerar respostas tautológicas (*ninguém vive isolado, logo, todos irão sofrer da mesma forma*) para os desafios colocados pelo colapso ambiental, na medida em que se obliteram as nuances do poder que articulam diferentemente esses vínculos.

Como primeiro movimento comparativo, Povinelli retoma Deleuze e Guattari, de um lado, e Glissant, do outro. Aproximando *O que é a filosofia?* de *Poética da relação*, ela aponta que os distintos começos dos teóricos propulsionam aberturas diferentes em suas formulações conceituais: na dupla francesa, a discussão parte de um problema sobre as afinidades entre disciplinas, especificamente filosofia, ciência e artes; em Glissant, ainda que estejam em

jogo os limites disciplinares, a cena inicial provoca desdobramentos ético-políticos diferentes, pois o problema conceitual parte do ventre da barca aberta – “com um barco, no meio do Oceano Atlântico, na mais radical exploração e despossessão de homens, mulheres e crianças da África Ocidental” (Povinelli, 2024, p. 26).

O que é escamoteado, então, quando se começa pelo estatuto ontológico das coisas, é a história colonial e racial que permite “a emergência das manobras metodológicas e epistemológicas modernas” do pensamento Ocidental (Povinelli, 2024, p. 38). Portanto, ao mobilizar as diversas disciplinas que conformam essa epistemologia, é preciso colocar-se atenta (pois, como Povinelli escreve, trata-se também de para onde dedicamos “os nossos esforços de atenção” [p. 26]) ao fato de que elas “não são simplesmente modos de pensar a existência, mas sim um modo de governança da existência irreduzivelmente informada pelo poder” (Povinelli, 2024, p. 49). A existência entrelaçada, nesse caso, emerge como um entrelaçamento social e político produzido pelas “histórias específicas da escravidão e do colonialismo (e, portanto, da pré-história do liberalismo e do capitalismo) que criaram o atual arranjo da existência baseado em um tipo específico de Homem e em sua recusa a tomar para si apenas a parte que lhe cabe por direito” (Povinelli, 2024, p. 57).

Se a jornada da lama (na sua “passagem/ de dentes ancestrais”) é encarada como índice dessas histórias que são passado e presente – *ancestrais* – o espaço-tempo da catástrofe se dilata e reativa uma paisagem cujo contexto sócio-histórico pergunta não só pela separação moderna fundamental entre humano e natureza (de modo que a poesia se perguntaria então pelo esgarçamento desses limites), mas pelas nuances dentro das classificações e distribuições ontoepistemológicas desiguais que envolvem essa separação. Anunciar, a partir daí, um solo comum – a Terra, a lama, a espécie – como modo de engajamento ético-empático, de consciência política ou, ainda, como “uma sensação compartilhada de catástrofe” (Chakrabarty, 2013), parece de alguma maneira apresentar de modo um pouco naturalizado o atual arranjo das

existências, diante da paisagem em ruína, desconsiderando os discursos e materialidades envolvidos na produção dessa paisagem.

Nesse caminho, a poética da relação de Glissant lida por Povinelli se mostra como uma política sobre os limites da universalidade humana. Se é possível enunciar um *nós* compartilhado, essa enunciação, contudo, não apresenta os mesmos tons, e parte do reconhecimento a respeito de uma coletividade que suscita responsabilizações diferenciais a depender da posição da qual esse *nós* é enunciado:

A política da relação que se iniciou nos navios tumbeiros no Atlântico não exige nem divisões rígidas entre o eu e o tu, o nós e o eles, nem o afeto da empatia. Também não começa por um gesto universitário de mais ou menos nosso, mais ou menos aqui, mais ou menos nós. Uma diferença entrelaçada globalizante - um diferencial - surgiu no movimento desses navios de morte, nos quais os bons corpos e as boas sociedades de alguns seriam construídos sobre a destruição sádica e causal de outros corpos e sociedades. Não é preciso se colocar empaticamente no barco; já estamos todos lá, mas de modos distintos. Glissant, portanto, coloca o dedo na ferida de duas fantasias liberais. A primeira é o fato de que aqueles que se beneficiaram da extimidade da existência podem simplesmente deixar para trás seus diferenciais injustos. A outra é que o remédio para os condenados da terra é compreender a extimidade da existência como reveladora do que está sucedendo a todos nós ou corrigindo-a de modo que não afete a todos (Povinelli, 2024, p. 66-67).

Uma pergunta que passa a lastrear o pensamento, então, seria: quais as implicações de ter o crime como marco para repensar a relação entre humano e não-humano de forma ontologizada – a mescla entre os diferentes reinos, a (des)organização das existências e das matérias – sem convocar o contexto sócio-histórico que sustenta projetos de destruição e suas diferentes formas de extermínio, assim como produz e é produzido por certas ontologias?

Não pretendemos, contudo, ao trazer essas questões para a leitura que fazemos, definir uma postura justa ou insuficiente do poema. Nos interessa, no caso, deslizar da cena de começo (e recomeço) que indica uma ideia de universalidade⁴ como resposta para o seu desejo discursivo. Com isso, não

⁴ Universalidade essa que parece, como sugerido anteriormente, partir do ponto de vista de um *nós* compartilhado pela espécie humana, que pretende retomar seus vínculos com a terra e o “mundo natural” os quais foram cortados ao longo da configuração cognoscível da natureza pela ciência moderna. Assim, Pedrosa fará uma bela leitura da paisagem (re)construída: “a paisagem-reliquia, tramada metafórica e metonimicamente em torno da imagem da tartaruga, *Contexto* (ISSN 2358-9566)

procuramos encontrar no seu oposto (numa “particularidade”), ou na “denúncia” dessa universalidade, uma outra resposta, mas buscar quais cenas diferentes de começo e recomeço se abrem quando, diante da proliferação imagética (o que, por si só, é curioso, pois a poeta declara buscar enxugar a proliferação de imagens) com referências múltiplas, nos detemos em pontos de partida diferentes, também sugeridos pel’*O gosto amargo dos metais*: “no começo era a lama”; “um gênese da lama”; “a origem de sua raiz fóssil”:

porque exumar os fósseis
cavar sulcos na memória
para encontrar terra sobre terra
ossos sobre ossos
uma história que germina
entre os dentes
(Agustoni, 2022, p. 14)

Porque o ato de exumar fósseis, reativando uma memória na qual são cavados sulcos, e nesse processo encontrar – como fim –, camadas acumuladas de matéria, solicita lidar com uma história intervalar de raiz (origem) mineral (ossos; dentes). Exumar a *raiz fóssil* na formação dessa paisagem sulcada pela lama de rejeitos de minério realçaria o que está inscrito na própria grafia da terra, produzindo uma realidade tramada enquanto “teia de acontecimentos (e não como uma sucessão de fatos isolados)” (Pereira, 2022, p. 209); de modo que, a partir do entrelaçamento semântico entre escavação e plantação em solo de minério, uma associação possível é a que retoma um ponto sugerido há pouco neste texto: a economia da extração intensiva (da qual fazem parte as barragens rompidas) que articula tipos diversos de vínculo entre matéria e subjetividades – *no vestígio*⁵ aberto entre *plantation* e mineração⁶.

Através das jornadas, no livro, atravessa mais uma vez a lama, em seu anfíbio sulco: de arado ou de embarcação. A imagem poética do corte, com sua herança moderna-cabralina, condensa lama e Minas nas lâminas que dão corpo, em camadas, a um “bicho-caravela” cuja origem órfã, em sua ausência, desemboca

se apresenta então como palimpsesto de camadas visuais, espaciais e temporais que, reativadas, constituem a relação de ancestralidade entre um ‘nós’ indeterminado e flores, escamas, carapaças, pedras e fósseis, sertão, rio e mar, fazendo interagir referências míticas, geográficas, botânicas, biológicas, geológicas, arqueológicas” (Pedrosa, 2022, p. 8).

⁵ Referência ao trabalho de Sharpe (2023).

⁶ Ver Yusoff (2018), cujo argumento será desenvolvido a seguir.
Contexto (ISSN 2358-9566)

no mar como fim do destino da lama, e condensa agora Minas e mar nos seus começos, plurais: tanto “ressuscita// o braço sumido/ do antigo oceano/ que teve o nome/ Clymene” (Agustoni, 2022, p. 57), na cronologia geológica moderna – que produz o globo terrestre como “um conjunto de camadas estratificadas de tempo e existência” (Povinelli, 2023, p. 32) – quanto os seus começos afrodiaspóricos no Atlântico, na rota da escravidão⁷:

o quintal esfolia-se em lâminas
escama após escama

dorso de um anfíbio

geológico animal que dorme
há milénios, órfão,
no fundo da história,

nas quilhas mais remotas
da memória,
bicho-caravela

adernando lento na baía
- fóssil de marfim
que brilha
num mangue
que já foi oceano
(Agustoni, 2022, p. 23)

O agenciamento de diferentes temporalidades por meio da espacialização tóxica da lama e pelo ritmo espacializado do poema nos reenvia para o Antropoceno e sua gramática geológica, a partir da qual pensar a raiz fóssil de sua economia extrativa é pensar também esse fóssil associado ao mar mineiro e ao valor do marfim⁸. Aqui, pensamos com Kathryn Yusoff, quando aponta que a linguagem de descrição da Geologia e seus modos de classificar e ordenar a matéria não estão dissociados das relações geossociais historicamente produzidas, o contexto colonial-racial que sustenta a epistemologia moderna

⁷ No relatório sobre o desastre da Samarco/Vale/VHP em Mariana, o grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) da UFJF chama a atenção para as injustiças ambientais implicadas na distribuição dos impactos da mineração. Mapeando as comunidades (distritos e povoados) atingidas pelos rejeitos de barragens, o grupo identificou que a maior exposição aos riscos - proximidade do empreendimento e da barragem - era proporcional à maior porcentagem de pessoas negras entre seus habitantes. (E isso sobretudo em áreas rurais). Essa localização, inclusive, como demonstra o relatório, se deve ao processo histórico de ocupação da região: a exploração do ouro no século XVIII sustentada pelo trabalho de pessoas escravizadas nas minas. Cf. Wanderley (2015).

⁸ Matéria que dará nome, inclusive, a um país da África (Costa do Marfim) devido a sua valorização e decorrente exploração e comércio no período colonial.
Contexto (ISSN 2358-9566)

(Yusoff, 2018). Ou, ainda: essa linguagem faz parte dessa produção, na medida em que fundamenta um metamorfismo da matéria a fim de assegurar as bases simbólico-materiais do capitalismo em emergência. Essa transformação implica um corte entre as ideias de agência e inércia/ vida e não-vida/ humano e inumano, que desloca a matéria de suas relações ecossociais e a “petrifica” como objeto dissociado do espaço-tempo político, na categoria do “inumano” – com suas propriedades naturais e enquanto bens/posses, valor decorrente de seu potencial produtivo energético a ser extraído.

Assim, Yusoff sugere que, se as relações geossociais do mundo colonial forem pensadas junto com suas formações raciais, essa base racial pode ser lida nos estratos da geologia como uma ciência extrativa, cuja geo-lógica incorpora sujeitos e subjetividades, de modo estratificado, nos arranjos de matéria que encenam e promulgam a raça como um dos significantes do inumano e, portanto, compartilhando aquelas propriedades. Desse modo, o inumano estabelece um paralelo entre geologia e humanismo enquanto discursos articulados através de um “eixo extrativo tanto na vida geológica (planetária) quanto na subjetiva” (Yusoff, 2018, p. 83, tradução nossa). Nessa significação geológica, certos corpos são destituídos de capacidade autoconsciente e regulatória - significado do humano – para serem investidos com a “significação de unidades de energia e propriedades de extração” (Yusoff, 2018, p. 83, tradução nossa), passíveis de circulação e troca como bens-móveis⁹. Classificar e categorizar a matéria, nessa perspectiva, são atos de despossessão, desterritorialização e reterritorialização, por um lado, e de acumulação de bens e recursos, por outro – indissociáveis das relações racializadas de poder que delimitam o humano tanto como “subjetividade exclusiva” quanto como

⁹ A esse respeito, Yusoff evoca Sylvia Winter: “In this sense, slavery can be seen not as a confusion of subject-object in relation to inhuman categorization but as a total submission to the principle of extraction that was exacted through inhuman differentiation – “transformed from the human subject of his own culture into the inhuman object of the European culture” (Wynter, n.d., 10, emphasis original)” (Yusoff, 2018, p. 16). Na tradução da edição brasileira (Yusoff, 2025, ePUB): “Nesse sentido, a escravidão pode ser vista não como uma confusão de sujeito-objeto em relação à categorização inumana, mas como uma total submissão ao princípio da extração que foi imposta pela diferenciação inumana – ‘transformado do sujeito humano de sua cultura no objeto inumano da cultura europeia’”.
Contexto (ISSN 2358-9566)

categoria estratificada dentro de um sistema de valor que incorpora a diferenciação humana.

Se os discursos na esteira do Antropoceno evocam um *nós* indeterminado, mas com início e destino comuns pautados justamente na cronologia de uma Geologia racializada e seu paradigma humanista, esse *nós* se delimita na própria cena de emergência da espécie humana enquanto categoria das ciências da vida, que inclui a racialização. Aqui, voltamos a Cuvier lido por Ferreira da Silva:

Apesar da espécie aparentar ser uma - já que a união de quaisquer dos seus integrantes produz indivíduos capazes de propagação -, existem, contudo, determinadas peculiaridades hereditárias, que são possíveis de observação e constituem o que chamamos de raças (Cuvier *apud* Ferreira da Silva, 2022, p. 226).

Na eleição do corpo que corresponderia à maior complexidade da vida e de desenvolvimento da mente, o corpo humano identificado como tal, dentro das diferenciações internas à espécie, é “o corpo dos europeus (caucasianos, brancos) pós-iluministas, ou seja, o corpo do homem, o *homo historicus*, cujas ‘funções mentais’ (‘altamente desenvolvidas’) estão inscritas na sua configuração social, isto é, na civilização” (Ferreira da Silva, 2022, p. 227).

Com Yusoff (2018), vemos que essa diferenciação racial é enunciada através da linguagem geológica a partir das formulações de Charles Lyell, já em meados do século XIX. Em paralelo à definição da estratigrafia em sua escala espaço-temporal geológica vertical, procurava-se também determinar a posição das espécies humanas distribuídas pelo globo em relação ao tempo. Assim, o racial, no discurso de Lyell, fundamenta a diferença geográfica através de sua inserção em um tempo teleológico e progressivo de sedimentação da matéria, de modo a produzir subjetivações ligadas à “categorização de objetos fósseis no tempo” (Yusoff, 2018, p. 78). Esses estratos não só abarcam os *geotraumas* da história da escravidão, como dependem dela simbólico-materialmente para seu empreendimento discursivo¹⁰.

¹⁰ Assim, a própria ideia de humanidade se constitui: “Humanity continues to persist in its current forms of inhumanity precisely because it is a humanity that is racially constituted and where racial difference is produced as an oppositional form on the outside when it is really, as *Contexto* (ISSN 2358-9566)

Trabalhando com esses estratos, a ideia de um Antropoceno inclusivo articulado naquele “nós” oclui sua inserção histórica diferencial racializada, deslocando-a como um evento passado na história da espécie. Pensar os seus *geotraumas* nos levaria então a uma torção da temporalidade colocada por aquele Antropoceno expansivo, agora localizado/situado como *um dos eventos da escravidão*: “em vez de entrar em pânico sobre um fim que pode começar a nos afetar, deveríamos prestar atenção aos destroços da extinção do qual o ‘nós’ do Antropoceno se desdobrou” (Colebrook, 2019, p. 46, tradução nossa) – a energia fóssil propulsora das narrativas do Antropoceno alimentando-se, ainda, da energia extraída na classificação geológica da matéria enquanto conjunto de propriedades e posses, produtora do sujeito escravizado.

Uma voz-testemunha construída em *O gosto amargo...*, por sua vez, solicita que a resposta coletiva e cosmopolita, encontrada na espécie e na ancestralidade pronunciada através das classificações entre os reinos, seja suspensa, no corte que torna visível, ainda que impronunciável, a violência (amnésia) da/na linguagem: um corte-intervalo-limite no/do humano e na/da paz:

é de outro reino essa amnésia sobre nós

: quase pacífica

: quase humana (

(Agustoni, 2022, p. 45)

O negativo do garimpo: brilho e opacidade, ou o eco de um vissungo

Com esse rastro, o livro de poemas de Agustoni convoca, de modo talvez um pouco paradoxal, sua pesquisa acadêmica, e nos encaminha para outros estratos, em uma finalização (deste ensaio) apontando para um (outro) começo.

Silva argues through spatialized and subjective modes, internal to the formation of such humanity.” (Yusoff, 2018, p. 55). Na tradução da edição brasileira (Yusoff, 2025, ePUB): “A humanidade continua a insistir em suas formas atuais de inumanidade justamente porque se trata de uma humanidade racialmente constituída, na qual a diferença racial é produzida como uma forma oposta e externa, quando ela é, na verdade, segundo Silva, intrínseca à formação de tal humanidade, através de modos espacializados e subjetivos”.

Recuperando trabalhos como o de Benítez Rojo (no mundo caribenho) e de Muggiati (nos Estados Unidos), Agustoni, em sua tese de doutorado *O Atlântico em movimento: travessia, trânsito e transferência de signos entre África e Brasil na poesia contemporânea em língua portuguesa* (2007), se propõe a pensar os atravessamentos entre certa estruturação econômica da sociedade e suas produções estéticas. Diferentemente dos autores, que se dedicam às *plantations*, a pesquisadora se dedica ao mundo da mineração, levando em conta seu papel relevante no contexto brasileiro. A partir disso, elege a atividade mineradora (junto à ação de escavar) como possível categoria metafórica para ler diferentes poetas afrodiáspóricos que compartilhariam então certa busca discursiva, caracterizada justamente por um movimento ligado àquela atividade.

Para chegar a essa conclusão, Agustoni encontra no trabalho de Aires da Mata Machado Filho, *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, uma dinâmica relacionada à lógica de trabalho nas minas que se situa entre a exuberância e a escassez frente à procura dos minérios, em paralelo ao aspecto furtivo da prática quilombola e também das negociações de sentido envolvidas na escavação para encontrar metais preciosos, ou, naquela, para a compreensão de significados simbólicos dos vissungos – os cantos de trabalho nesse contexto. Como contribuição para pensar uma poesia de base afrodiáspórica, esses cantos vão interessar para o delineamento da tese ao apresentarem aspectos de um universo mineiro “marcado pela tendência a um discurso velado, econômico, escasso, destinado a esconder os achados, assim como a confundir as pistas de quem quisesse rastrear o caminho do ouro ou do diamante” (Agustoni, 2007, p. 174). Em resumo, o operador metafórico escolhido por ela é sintetizado em um contexto no qual a mineração passa então a “representa[r] a ideia da busca realizada a partir de um discurso fundamentado pela escassez e que se exprime através de uma linguagem parca e econômica”. A isso se associa “um ritmo híbrido, entrecortado, que não se rende totalmente à linearidade da história nem à circularidade do mito” (Agustoni, 2007, p. 174).

Aqui, nos interessa não o modo como Agustoni utiliza metaforicamente a mineração para produzir sua leitura, mas perceber o que acontece se cruzamos *Contexto* (ISSN 2358-9566)

seu trabalho de pesquisa acadêmica com *O gosto amargo dos metais*, já que ambos levantam um imaginário e uma história socioeconômica vinculados tanto aos efeitos simbólicos quanto materiais da mineração, intimamente ligados. Ao fazê-lo, outros usos do trabalho de extração aparecem, agora não em suas “proporções épicas”, mas como escape da lógica de despossessão total por acumulação inerente aos empreendimentos de extração intensiva.

Essas práticas extrativas de baixa intensidade se constituem junto a produções estéticas que desafiam o paradigma do esgotamento e da resolução (ou entrega) de sentidos agenciados na linguagem, e constituem-se também como um território de memória subterrâneo (Hartman, 1997) que não se reduz àquela economia da transparência¹¹. É interessante, aqui, retomar um visungo recolhido por Aires da Mata Machado no estudo de referência para Agustoni:

Solo
Oenda auê, a a!
Ucumbi oenda, auê, a...
Oenda auê, a a!
Ucumbi oenda, auê, no calunga

Coro - 1a vez
Ucumbi oenda, ondoró onjó
Ucumbi oenda, ondoró onjó

Coro - 2a vez
lô vou oendá pu curimã auê

¹¹ Saidiya Hartman, ao falar das *worksongs* no contexto da escravização nos Estados Unidos, proporá a seguinte abordagem: “...my task is neither to unearth the definitive meaning of song or dance nor to read song as an expression of black character as was common among nineteenth-century ethnographers but to give full weight to the opacity of these texts wrought by toil, terror, and sorrow and composed under the whip and in fleeting moments of reprieve. Rather than consider black song as an index or mirror of the slave condition, this examination emphasizes the significance of opacity as precisely that which similarly troubles distinctions between joy and sorrow and toil and leisure. For this opacity, the subterranean and veiled character of slave song must be considered in relation to the dominant imposition of transparency and the degrading hypervisibility of the enslaved, and therefore, by the same token, such concealment should be considered a form of resistance” (1997, p. 35-36). Na tradução da edição brasileira (Hartman, 2025, ePUB): “A tarefa não é escavar o sentido definitivo da canção ou da dança nem ler a canção como uma expressão do caráter negro, como era comum entre os etnógrafos do século 19, mas dar total atenção à opacidade desses textos compostos nos confins do terror e da brutalidade e nos momentos fugazes de indulto. Em vez de considerar a canção negra como um índice ou espelho da condição escrava, essa investigação enfatiza o significado da opacidade precisamente como aquilo que permite algo além dos divertimentos orquestrados dos escravizados e que perturba as distinções entre alegria e tristeza, labuta e lazer. Porque essa opacidade – o caráter subterrâneo e velado da canção escrava – deve ser considerada em relação à imposição da transparência e à hipervisibilidade degradante dos escravizados. Da mesma, tal dissimulação deve ser vista como uma forma de resistência, uma recusa de formas legíveis de tratamento”.

Contexto (ISSN 2358-9566)

lô vou oendá pu curimã auê

(Machado Filho, 1985, p. 85)

Catalogado como “XXXIII”, o canto de tradição banto é apresentado com o seguinte fundamento: “– ‘O sol está entrando, vamo-nos embora para o rancho.’/– ‘O sol entrou, vamos para o rancho.’ – ‘Eu vou entrar é para minha faisqueira’”¹². Há, no entanto, uma palavra que não é traduzida nesse fundamento, sendo constatada com certa surpresa frente a algo que talvez fosse *incompreensível*, sobretudo no contexto das Minas, sem contato com o litoral e seu imaginário marítimo: “É admirável a permanência da ideia de mar. Perguntados, todos os informantes traduziram por *mar* a palavra *calunga*” (Machado Filho, 1985, p. 85)¹³. Assim, no paralelismo entre a ida para o rancho e a ida para a mina, na bifurcação entre o repouso e o trabalho, vislumbrando um sol se pondo no *mar* no final da tarde, o entrecortado do *calunga* desponta através da opacidade de sentidos que não se oferecem de todo.

Aqui, não cabe de-terminar a leitura, mas marcar o que se coloca na paisagem, mesmo quando estando aparentemente fora – *o Atlântico em movimento*:

junto ao mar
 que ainda sopra
 nas artérias

dos que habitam
 no sertão de dentro
 de Minas Gerais
 (Agustoni, 2022, p. 58)

Voltando à tese de Prisca, colocando-a em paralelo com *O gosto amargo*, podemos imaginar, então, um outro posicionamento de leitura para a perspectiva lutuosa do livro de poesia, cujo ponto de partida foi o desastre causado pela Vale-Samarco e pelo extrativismo predatório – um posicionamento que considere uma espécie de *negativo* dos movimentos

¹² Uma versão cantada e comentada por Juçara Marçal pode ser escutada em: <https://www.youtube.com/watch?v=ODkd90yF1-w>. Acesso em: 20 mar. 2025.

¹³ A respeito da plurissignificação de calunga, ver Martins (2021); Corrêa (2018).
 Contexto (ISSN 2358-9566)

extrativos e de suas implicações gravadas geologicamente na terra e nos corpos: cantos de recusa, bifurcação e opacidade.

Referências

AGUSTONI, Prisca. *O Atlântico em movimento: travessia, trânsito e transferência de signos entre África e Brasil na poesia contemporânea em língua portuguesa*. Tese de Doutorado (Literaturas de língua portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AGUSTONI, Prisca. *O gosto amargo dos metais*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2022.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. Tradução coordenada por Idelber Avelar. *Sopro*, 91, 2013.

COLEBROOK, Claire. Slavery and the Trumppocene: It's Not the End of the World. *Oxford Literary Review*, vol. 41, no. 1, 2019, pp. 40-50.

CORRÊA, Joana Ramalho Ortigão. "No Rosário tem *cuenda*" - Vida e morte nos Reinados em Minas Gerais. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2018.

DANOWSKI, Déborah & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Desterro: Cultura e Barbárie / Instituto Socioambiental, 2014.

DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

ESCOBAR, Arturo. ¿Cómo pensar la relación entre el ser humano y la naturaleza? In: *Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e História, 2005. p. 145-155.

FERREIRA DA SILVA, Denise. *Homo Modernus - Para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

GONTIJO FLORES, Guilherme. "Detritos em vertigem". In: AGUSTONI, Prisca. *O gosto amargo dos metais*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2022.

HARTMAN, Saidiya. *Scenes of subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. New York: Oxford University Press, 1997.

HARTMAN, Saidiya. *Cenas da sujeição: Terror, escravidão e criação de si na América do século 19 [recurso eletrônico]*. Tradução Fernanda Silva e Sousa e Marcelo R. S. Ribeiro. São Paulo: Fósforo, 2025.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. O negro e o garimpo em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1985.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORAES, Anita. *O inconsciente teórico: investigando estratégias interpretativas de Terra Sonâmbula*, de Mia Couto. São Paulo: Annablume, 2009.

PEDROSA, Celia. O rio que fala: o que falam os rios?. *El jardín de los poetas. Revista de teoría y crítica de poesía latinoamericana* Año VIII, n. 15, 2022.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. A realidade - teia para o pensamento. *Gragoatá*, Niterói, v. 27, n. 57, p. 187-213, 2022.

POVINELLI, Elizabeth. *Geontologias - Um réquiem para o liberalismo tardio*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

POVINELLI, Elizabeth. *Catástrofe ancestral - existências no liberalismo tardio*. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

RUGGIERI, Mariana. Ainda sobre o direito à literatura. *Revista Criação & Crítica*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 26, p. 71-87, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-1124.i26p71-87. Disponível em: <https://revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/168080>. Acesso em: 20 março. 2025.

SHARPE, Christina. *No vestígio: negridade e existência*. São Paulo: Ubu, 2023.

WANDERLEY, L. J. M. Índícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%c3%adcios-d...> Acesso em: 20 mar. 2025.

WISNIK, José Miguel. *Maquinação do mundo*. Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

YUSOFF, Kathryn. *A billion black anthropocenes or none*. University of Minnesota Press, 2018.

YUSOFF, Kathryn. *Um bilhão de antropocenos negros ou nenhum* [recurso eletrônico]. Tradução Rita Paschoalin. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.